



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIÊNCIAS SOCIAIS - FAJS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Influência do Investimento Estrangeiro Direto na Economia Brasileira:
Uma Análise por Setores da Economia**

Izabela Ferreira Serra

Brasília, maio de 2009.

IZABELA FERREIRA SERRA

**INFLUÊNCIA DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA ECONOMIA
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE POR SETORES DA ECONOMIA**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, à Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais – FAJS, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais sob orientação do Professor Alaor Sílvio Cardoso

Brasília, maio de 2009

SERRA, Izabela Ferreira.

Influência do investimento estrangeiro direto na economia brasileira: uma análise por setores da Economia/ Izabela Ferreira Serra. – Brasília, 2009.

56 f.

Monografia apresentada para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Orientador: Prof. Alaor Sílvio Cardoso.

IZABELA FERREIRA SERRA

**INFLUÊNCIA DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA ECONOMIA
BRASILEIRA: UMA ANÁLISE POR SETORES DA ECONOMIA**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB, requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Alaor Sílvio Cardoso

Brasília, 20 de maio de 2009

Banca Examinadora

Prof. Alaor Sílvio Cardoso
Orientador

Prof. Carlito Roberto Zanetti
Examinador

Prof. Marcelo Gonçalves do Valle
Examinador

Dedico este trabalho à minha família
pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha família, por estar sempre presente, pela paciência e por não me deixar vacilar na busca por meus sonhos.

Aos amigos pela força e pelos conselhos dados.

Ao mestre, orientador e amigo Alaor Cardoso, por ter dividido comigo um pouco de seu conhecimento e experiência tanto profissional quanto cotidiana, dedicando-se profunda e pacientemente na orientação deste trabalho e ajudando a atravessar momentos de grande tensão.

Aos professores que ao longo do curso transmitiram seus conhecimentos ajudando a enriquecer minha bagagem acadêmica e cultural.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	1
LISTA DE SIGLAS.....	2
RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
CAPÍTULO 2 - FLUXOS ATUAIS, PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS MUNDIAIS.....	13
2.1 Investimentos estrangeiros mundiais.....	13
2.2 Investimentos estrangeiros brasileiros no exterior	20
CAPÍTULO 3 - FLUXOS DE INVESTIMENTOS DIRETOS NO BRASIL	23
3.1 Definições, legislação e procedimentos envolvendo capitais estrangeiros no Brasil	23
3.2 Investimento estrangeiros em bolsas de valores brasileiras	27
3.3 Contexto histórico que influenciou a entrada de IED no Brasil	30
CAPÍTULO 4 - INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO BRASIL E SUA DIVISÃO POR SETORES.....	37
4.1 Entrada de IED na economia brasileira	37
4.2 Crescimento interno da economia brasileira	44
4.3 Relação entre entrada de IED e crescimento interno da economia brasileira	49
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	56

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E ANEXOS

TABELA 1: Fluxos de Entrada de IED, 1999-2000 (US\$ bilhões)

TABELA 2: Fatores que favorecem os investimentos nos países receptores (dez países mais atrativos) 2008-2010

TABELA 3: Distribuições públicas de ações em 2008. Participação dos investidores estrangeiros

TABELA 4: Entrada de IED por setores da economia brasileira (200-2007), US\$ milhões.

TABELA 5: Valores correntes na economia brasileira (R\$ milhões)

TABELA 6: Percentual de crescimento na economia brasileira

TABELA 7: Valores correntes de entrada de IED (US\$ milhões)

TABELA 8: Valores correntes de crescimento da economia brasileira (US\$ milhões)

GRÁFICO 1: Mudança nos fluxos de IED, 2008-2010

GRÁFICO 2: EMBI+: spread Brasil e América Latina (jan 1995 – junho 2006)

LISTA DE SIGLAS

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento

IED – Investimento Estrangeiro Direto

F&A – Fusões e Aquisições

WIPS – World Investment Prospects Survey

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PROEX – Programa de Financiamento às Exportações

BACEN – Banco Central do Brasil

RDE-IED – Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Externo Direto

SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil

Mercosul – Mercado Comum do Sul

NAFTA – Tratado Norte Americano de Livre Comércio

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PT – Partido dos Trabalhadores

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EU – União Européia

MRE – Ministério das Relações Exteriores

EUA – Estados Unidos da América

PTICE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio exterior

TEC – Tarifa Externa Comum

PIB – Produto Interno Bruto

FMI – Fundo Monetário Internacional

Copom – Conselho de Política Monetária

RESUMO

SERRA, Izabela Ferreira. Influência do investimento estrangeiro direto na economia brasileira: uma análise por setores da economia. Centro Universitário de Brasília. Professor Orientador: Alaor Sílvia Cardoso. Maio de 2009.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a influência da entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED) nos diversos setores da economia brasileira. Para isso são observados os fluxos mundiais de IED, a legislação brasileira que regulamenta a entrada de IED no país, bem como o contexto histórico que influenciou os influxos de IED no Brasil. Então é feita uma análise da entrada de IED e do crescimento dos setores da economia brasileira no período de 2000 a 2008, observando se há relação direta entre eles. Ao final, conclui que os dois fatores analisados estão ligados, porém, o crescimento da economia nacional influencia mais na entrada de IED do que o contrário e são apontados outros fatores que influem a entrada de IED e o crescimento interno, sugerindo maiores investimentos nacionais como forma de atrair IED com a finalidade de ampliar o comércio internacional e obter mais desenvolvimento tecnológico.

ABSTRACT

SERRA, Izabela Ferreira. Influence of Foreign Direct Investment in Brazilian economy: an analyze by economy's sectors. Centro Universitário de Brasília. Advisor Professor: Alaor Sílvia Cardoso. May, 2009.

The major purpose of this paper is to examine the influence of Foreign Direct Investment's (FDI) entrance in the several Brazilian economies' sectors. In order to this, are observed the global flow of FDI, the Brazilian legislation that regulates the FDI's entrance, such as the historical context that has influenced the FDI's inflows in Brazil. Then it is analyzed the entrance of FDI and the growth of Brazilian's Economy sectors, between year 2000 and 2008, observing if there is a direct relations between them. Finally, contends that the two analyzed factors are connected, but the national economy's growth influences more in the entrance of FDI then the opposite, and also are shown others factors that influences the FDI entrance and the intern growth, suggesting more national investments in order to attract more FDI to enlarge the international commerce and obtain more technology development.

INTRODUÇÃO

Investir é aplicar dinheiro em títulos, imóveis ou outros meios para obter ganhos econômicos ou financeiros. Porém o conceito de investimento em macroeconomia, nada tem a ver com investimentos financeiros ou compra e venda de ativos, como a privatização. Investimento em macroeconomia é o acréscimo do estoque físico de capital (formação de capital fixo mais variação de estoque), por meio, por exemplo, da construção de novas fábricas. Os principais motivos para investimento são a acumulação de capital, a administração de recursos e a especulação em busca de melhores resultados financeiros.

O investidor pode ser individual ou coletivo, pessoa física ou jurídica, fundo ou entidade de investimento coletivo. E para ser considerado investimento estrangeiro basta que este investidor não tenha residência ou sede no país onde investirá.

Os investimentos estrangeiros podem ser diretos ou indiretos (de portfólio). O investimento direto se refere a investimentos que demandam longos prazos e refletem um interesse duradouro por parte do investidor podendo ser a criação ou aquisição de empresa (ou de parte dela). Já o de portfólio se refere a empréstimos, ações ou financiamentos.

A importância dos investimentos diretos na economia de um país refere-se ao montante de dinheiro envolvido nesta operação bem como aos avanços econômicos, sociais e tecnológicos que os estrangeiros levam às diferentes áreas do país receptor. Dados de 2007 mostram que, de acordo com estimativas da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o fluxo anual de Investimentos Estrangeiros Diretos na economia global atingiu o recorde de US\$ 1,5 trilhão, US\$ 34,6 bilhões destes direcionados ao Brasil, representando 2,31% dos investimentos estrangeiros diretos globais¹.

O Brasil se enquadra no caso dos países em desenvolvimento que não tem poupança interna suficiente para alavancar o desenvolvimento, daí a

1 UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). Press Release 2008/001. Acesso em:
<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=9439&intItemID=4697&lang=1>

necessidade de investimento externo. Foi nos anos 80 que ocorreu a abertura externa dos sistemas financeiros dos países em desenvolvimento, tanto no que diz respeito aos investimentos diretos quanto aos de portfólio. Na década de 90, o governo brasileiro adotou políticas de liberalização econômica mais fortes que as praticadas anteriormente com o objetivo de reduzir o papel do Estado no setor produtivo, aumentar a concorrência internacional e promover uma abertura financeira, gerando uma maior internacionalização da economia brasileira. Isso significa que a partir desta década os investimentos estrangeiros no Brasil passaram a ser maiores.

Por serem esses investimentos de extrema importância para o desenvolvimento dos países, existem mecanismos de atração de investimentos promovidos por diferentes atores da sociedade visando desenvolver alguns setores específicos de sua economia. Esses setores são definidos como áreas específicas da economia daquele país, que podem ser divididos em setor primário, secundário e terciário. Dentro de cada um deles há subdivisões, por exemplo, o setor primário está dividido em agricultura, pecuária e extrativismo. O secundário possui subdivisões como produção de máquinas e equipamentos, produção de bens de consumo, construção civil e geração de energia. Já o terciário está diretamente ligado à prestação de serviços e ao comércio em geral.

Portanto é relevante ressaltar a importância de estudar os investimentos estrangeiros divididos nesses setores, para que assim se possa analisar a verdadeira relação entre os investimentos e o desenvolvimento das economias receptoras.

Sendo assim o objetivo do presente trabalho é analisar se a relação entre a evolução qualitativa, no sentido de haver uma inserção de novos fatores que possam introduzir alterações nas economias receptoras e os investimentos estrangeiros diretos é verdadeira tendo como base os investimentos em diversas áreas da economia brasileira. Ou seja, este trabalho visa verificar se os investimentos estrangeiros diretos são determinantes para o crescimento interno da economia nacional. Será, portanto apresentado em seu primeiro capítulo teorias clássicas que tratam do desenvolvimento econômico de uma nação e da necessidade de investimentos para que esse seja possível.

Dando continuidade, no segundo capítulo, será apresentada uma visão

geral mundial em relação aos IED, através de uma análise de seus fluxos atuais, principais tendências e perspectivas. Em seu terceiro capítulo será apresentada uma análise dos fluxos de investimentos diretos no Brasil, analisando a legislação e a regulamentação referente ao tema, os investimentos estrangeiros em bolsas de valores brasileira e o contexto histórico com os fatores de atração desses investimentos. E por fim em seu quarto capítulo serão analisados os investimentos recebidos pelo Brasil divididos por setores da economia colocando em evidência as suas conseqüências para o país como um todo e mais especificamente para os principais setores receptores de investimentos estrangeiros, além da análise do crescimento interno nacional para verificar a relação entre esses dois dados.

CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria liberal é uma das vertentes aceitas para explicar o funcionamento do sistema internacional que existe hoje. O que isso significa é que os indivíduos são livres e se desenvolvem à medida que trocam informações sobre valores e ideais e tem assim a oportunidade de expandi-los, não lhes sendo imposta nenhuma verdade absoluta. A igualdade também é característica marcante desse pensamento, ela é definida no âmbito dos direitos, no sentido que não existe restrições de liberdade e oportunidade por motivo de credo, raça ou origem social. Considera-se livre também a concorrência, principalmente em relação à economia, o que garante que o desenvolvimento dos indivíduos ocorra de acordo com o apetite e a capacidade de cada um para atingir os melhores níveis.

O Governo dos Estados têm como função proteger os membros da sociedade de injustiças e opressão dos demais e erigir e manter as instituições e obras públicas as quais são de tal natureza que não seriam lucrativas individualmente, porém representam grande vantagem social. É importante ressaltar que o sistema liberal deve crescer e se adaptar a cada necessidade que surja, porém sem nunca perder seu caráter de servidor da sociedade.

A economia liberal tem como principal característica o “livre-mercado”, proposto por Adam Smith. Isso quer dizer que os produtos têm seus preços fixados pelo produtor que terá a possibilidade de aceitar a resposta do mercado ou desistir da produção. Essa resposta do mercado depende do interesse dos consumidores pelo produto. Se o interesse for grande, os preços serão altos, acarretando em mais pessoas interessadas em produzi-lo. Conforme aumenta a oferta do produto os preços irão cair. Esta é o que chamam “harmonia natural dos interesses”.

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) é uma forma de interferência no mercado de outro país. Ele irá funcionar como um dos itens do “livre-mercado” influenciando na concorrência desse mercado, alterando assim a “harmonia natural de interesses”.

O que será analisado neste trabalho é o IED como fator de desenvolvimento da economia de um país, mais especificamente na economia brasileira. A economia brasileira é exemplo dos países em desenvolvimento

que não conseguem formar uma poupança interna. Contudo, para que se possa saber exatamente como esse desenvolvimento ocorre é preciso defini-lo. Sendo assim, o presente trabalho utilizará, além da teoria liberal, a teoria do Desenvolvimento Econômico elaborada por Joseph Alois Schumpeter ligada à Teoria Dinâmica da Produção² elaborada por W. W. Rostow.

Em seu trabalho, Schumpeter toma como base Estados organizados comercialmente nos quais vigoram a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência, ou seja, o modelo liberal.

Nesses Estados, existe um fluxo circular da vida econômica onde todos os produtos encontram mercado e todos os produtores aparecem novamente como consumidores criando um ciclo fechado. Esse ciclo tende a se manter constante, ou para utilizar os termos do autor, em equilíbrio, atendendo assim ao Princípio da Continuidade de Wieser³.

Rostow acredita que as sociedades existentes até hoje não atingiram um equilíbrio econômico devido às guerras e intervenções políticas e econômicas do governo, lembrando Schumpeter que não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias e sim pela situação total precedente. Para ele, o mundo econômico é relativamente autônomo e tende através da teoria do fluxo circular a uma situação de equilíbrio econômico que não necessariamente será sempre a mesma acrescentando que a economia muda de acordo com as mudanças sociais, sofrendo alterações para acompanhar as mudanças sociais. Essas mudanças, portanto, acabam por gerar crescimento econômico, mas não desenvolvimento, pois elas interferem no equilíbrio da economia, mas não introduzem mudanças econômicas.

Ao usar o termo desenvolvimento, toma-se como base o conceito de Schumpeter, onde este é caracterizado somente por mudanças da vida econômica, que não lhe foram impostas por fatores não econômicos. Ele propõe, portanto, que seja chamado de desenvolvimento econômico as alterações advindas da introdução de um novo bem, de um novo método de

² ROSTOW, W. W.. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

³ Wieser expôs esse princípio em um trabalho sobre o problema do valor do dinheiro, *Schriften des Vereins für Sozialpolitik*, e consiste em dizer que o sistema econômico não se modificará arbitrariamente por iniciativa própria, mas estará sempre vinculado ao estado precedente dos negócios.

produção, da abertura de um novo mercado, de uma nova fonte de oferta de matérias primas e/ou do estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria⁴, que não gerará somente crescimento, mas alteração interna da economia. Ou seja, o termo está relacionado com a qualidade da evolução econômica.

Já o termo crescimento, é caracterizado pelo aumento da quantidade produzida. Nesse caso, ao invés de haver a criação de novas tecnologias, por exemplo, haverá o aumento da produção utilizando as mesmas técnicas.

Porém ao se introduzir os fatores de desenvolvimento em uma economia, ela necessitará novo arranjo de seus meios de produção. Acontecerá que serão utilizados os meios produtivos que não estão sendo utilizados e serão alocados alguns já em utilização para essas novas combinações gerando as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico.

Caso não consiga utilizar os meios de produção que possui o empreendedor deve recorrer aos créditos, que são de acordo com Schumpeter a função dos capitalistas. Sendo assim, os Investimentos Estrangeiros Diretos funcionam como esses créditos aos quais o autor se refere, visto que representam a entrada de capital e/ou de equipamentos em um outro país para suprir a demanda deste por meios produtivos.

O Investimento Estrangeiro Direto, portanto, pode ser fonte de desenvolvimento, pois acarreta mudanças no fluxo econômico circular seja pela entrada de capital em alguma indústria já existente ou pela instalação de uma filial no país receptor. De qualquer forma haverá uma mudança na economia daquele Estado que está recebendo o investimento.

A Teoria Dinâmica da Produção, desenvolvida por W. W. Rostow vem complementar a teoria clássica da produção à medida que busca isolar a distribuição de renda entre consumo, poupança e investimento, focalizando a composição do investimento e as transformações ocorridas dentro de setores particulares da economia. Torna-se interessante analisar historicamente esses setores, pois eles vão se alternando, dependendo dos fluxos de tecnologia e de

⁴ SCHUMPETER, Joseph Alois. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 48.

investimentos. Portanto esta teoria será utilizada como forma de identificar as alterações ocorridas dentro dos setores da economia brasileira, advindas dos investimentos estrangeiros como será apresentado nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2 - FLUXOS ATUAIS, PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS MUNDIAIS

2.1 Investimentos estrangeiros mundiais

Em primeiro lugar faz-se necessário definir os tipos de investimentos estrangeiros diretos que são: fusões e aquisições (F&A) e greenfield. A modalidade F&A é a compra de uma empresa estrangeira ou a fusão de uma empresa estrangeira com uma empresa local. Já os investimentos em greenfield são a criação de uma nova empresa em território estrangeiro.

F&A é o método preferido de entrada de investimentos em países desenvolvidos devido à existência de um maior número de empresas bem estruturadas nessas economias, caracterizando boas oportunidades para esse tipo de investimentos. Normalmente envolve enormes valores em suas operações, representando a maior quantia em dólares dos fluxos de IED no mundo.

Os investimentos de greenfield são mais comumente utilizados para entrar em países em desenvolvimento representando um número maior de projetos, porém envolvendo um valor global menor que as F&A.

Os países desenvolvidos são líderes tanto na emissão quanto no recebimento de IED. O relatório Sinopse Internacional, elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES) ressalta que, no ano de 2007, estes países absorveram US\$ 1 trilhão, o que significou um aumento de 65% no recebimento destes investimentos. Os EUA foi líder do ranking de recepção de IED, porém em 2003 perderam a posição para a China, em 2005 para o Reino Unido e em 2008 segundo o World Investment Prospects Survey⁵ (WIPS) 2008-2010 a previsão era chegar ao terceiro lugar, ficando atrás da China e da Índia. A Conferência das Nações Unidas Sobre

⁵ O WIPS 2008-2010 (World Investment Prospects Survey) é um relatório publicado periodicamente pela Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), baseado em pesquisas realizadas junto a diversas empresas investidoras. É considerado uma fonte muito importante para o estudo de IED.

Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) estima que os 25 países da União Europeia (UE) tenham recebido cerca de 44% do fluxo total de IED em 2007.

Tabela 1: Fluxos de Entrada de IED, 1999-2007 (US\$ bilhões)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	1.098,9	1.411,4	832,6	622,0	564,1	742,1	945,8	1.305,8	1.883,3
Variação (%) Anual	-	28,4%	-41,0%	-25,3%	-9,3%	31,6%	27,4%	38,1%	44,2%
Economias desenvolvidas	860,1	1.146,2	609,1	442,3	361,2	418,8	590,3	857,5	1.247,6
Participação no total mundial	78,3%	81,2%	73,2%	71,1%	64,0%	56,4%	62,4%	65,7%	66,2%
Economias em desenvolvimento	228,5	256,1	212,0	166,3	178,7	283,0	314,3	379,1	499,7
Participação no total mundial	20,8%	18,1%	25,5%	26,7%	31,7%	38,1%	33,2%	29,0%	26,5%
Europa	521,2	721,9	392,7	314,6	277,1	209,2	495,0	566,4	848,5
Participação no total mundial	47,4%	51,1%	47,2%	50,6%	49,1%	28,2%	52,3%	43,4%	45,1%
América do Norte	308,1	380,8	187,1	96,6	60,6	135,5	129,9	244,4	232,8
Participação no total mundial	28,0%	27,0%	22,5%	15,5%	10,7%	18,3%	13,7%	18,7%	12,4%
África	12,4	9,7	20,0	13,6	18,7	18,0	29,6	35,5	53,0
Participação no total mundial	1,1%	0,7%	2,4%	2,2%	3,3%	2,4%	3,1%	2,7%	2,8%
América Latina e Caribe	104,0	97,8	78,5	54,3	44,7	94,3	75,5	83,7	126,3
Participação no total mundial	9,5%	6,9%	9,4%	8,7%	7,9%	12,7%	8,0%	6,4%	6,7%
Ásia e Oceania	112,0	148,6	113,6	98,4	115,3	170,7	209,1	259,8	320,5
Participação no total mundial	10,2%	10,5%	13,6%	15,8%	20,4%	23,0%	22,1%	19,9%	17,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos indicadores de IED do website FDIStat, da UNCTAD, e na declaração à imprensa "Assessing the impact of the current financial and economic crisis on global FDI flows" de janeiro de 2009 também da UNCTAD

Os seis países de destino de IED preferidos segundo o WIPS 2008-2010 são os mesmos que os do ano passado: China na liderança, seguida pela Índia, Estados Unidos, Federação Russa, Brasil e Vietnam (Tabela 1). Os próximos na ordem de preferência são Alemanha, Indonésia, Austrália, Reino Unido, México e Canadá, estando os três últimos na mesma 10ª posição.

Tabela 2. Fatores que favorecem os investimentos nos países receptores (dez países mais atrativos) 2008-2010

	País Receptor	Acesso a mercados internacionais / regionais	Acesso a recursos naturais	Oferta de trabalho especializado	Fornecedores	Mão-de-obra barata	Atuação do Governo	Qualidade de infraestrutura	Taxa de Crescimento do mercado	Tamanho do Mercado
1	China	13	3	5	6	14	3	4	22	22
2	Índia	12	2	10	4	15	3	3	24	22
3	Estados Unidos	14	2	11	7	1	8	13	8	21
4	Federação Russa	12	5	3	3	8	2	2	30	29
5	Brasil	17	8	4	4	8	4	4	25	22
6	Vietnam	9	4	15	6	21	2	-	19	9
7	Alemanha	13	4	16	7	-	13	16	7	13
8	Indonésia	5	15	5	10	13	10	-	15	13
9	Austrália	18	9	14	2	-	9	11	18	11
10	Canadá	15	13	13	13	-	5	10	8	8
10	México	13	8	13	13	19	2	6	13	10
10	Reino Unido	14	3	14	11	-	8	19	5	19
	Média Mundial	14	5	8	6	8	6	7	18	18

Fonte: WIPS 2008-2010

Como colocado na tabela 2 algumas das razões importantes para que estas nações sejam consideradas as maiores receptoras de IED são acesso a mercados internacionais ou regionais, mão-de-obra barata e/ou qualificada, acesso a recursos naturais e qualidade de infra-estrutura, entre outros.

É interessante notar que de acordo com o WIPS 2008-2010 as perspectivas de investimentos são particularmente promissoras no setor de serviços, notadamente na indústria de infra-estrutura (telecomunicação, transporte, eletricidade, gás e água). Nessas atividades, mais de 25% das empresas esperam aumentar consideravelmente seus gastos com IED.

Já no setor de manufaturas, as perspectivas parecem ser mais promissoras para os equipamentos e maquinários industriais. E, além disso, os setores de vendas e produção devem ser mantidos como as partes mais internacionalizadas das atividades das empresas. Outras funções como logística, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e algumas atividades administrativas também estão se expandindo rapidamente, gerando novos fluxos de IED.

Porém, apesar de continuar havendo perspectivas de expansão de investimentos nesses setores, as estimativas preliminares da UNCTAD para 2008 indicam decréscimo nos fluxos mundiais de IED comparados com os de 2007.

Nota-se também que em 2007 os fluxos de investimentos estrangeiros atingiram o valor histórico de US\$ 1,8 trilhão, constituindo o quarto resultado anual positivo em seqüência. Ultrapassando o recorde da série histórica de 1,4 trilhão atingido no ano 2000. Este aumento foi resultado de um crescimento perceptível nas ações de F&A, que alcançaram US\$ 1,6 trilhão (UNCTAD, 2008). O número de projetos internacionais de greenfield e de empregos também cresceu, de 23% a 25%, respectivamente, entre 2003 e 2007, de acordo com o relatório OCO de IED (OCO, 2008)⁶.

Os fluxos de IED, no ano de 2007 apresentaram expansão generalizada em relação a todos os grupos de países. Cresceram 16,8%, se considerado o

⁶ A consultoria *OCO Consulting* desenvolveu uma importante ferramenta para informações com relação ao IED em projetos de expansão e IED greenfield. Trata-se de uma iniciativa privada e, mesmo que haja limitações no uso dos dados, estes são constantemente atualizados a partir de informações obtidas na mídia, empresas e agências de promoção de investimento.

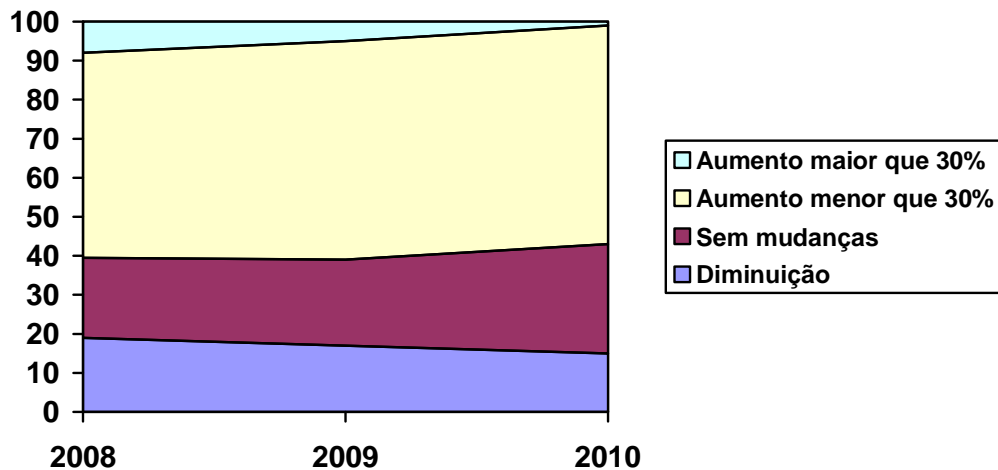
conjunto de países desenvolvidos e 19,5% em relação ao conjunto dos países em desenvolvimento e em transição⁷. E após longo período de relativa estagnação, os fluxos de IED direcionados à América Latina e Caribe recuperaram-se e atingiram o recorde de US\$ 125,8 bilhões, em 2007.

Em adição, a essas estimativas preliminares da UNCTAD para 2008 pode-se fazer uma comparação com o período de 2001 e 2002. Nesse período houve uma notável desaceleração nos IED devido principalmente a uma lenta diminuição nas margens de F&A. No período de 2008 comparadas com 2007 essas margens já estavam significativamente baixas. Atualmente, há ainda sinais de desaceleração de projetos de investimentos greenfield. O número de novos projetos nas bases de dados do OCO (2008) sobre o mercado de IED, que já era baixo, 3%, em 2007 comparado com 2006, declinou outros 2% durante o primeiro trimestre de 2008 comparado com o mesmo período em 2007, o que sugere maiores cuidados no comportamento das empresas.

Dados do WIPS 2008-2010 confirmam ainda que os planos de IED foram significativamente revisados e repensados desde o último ano, apesar de continuarem positivos. A porcentagem de empresas que pretendem aumentar os IED declinou 30% e uma grande proporção de investidores prevê uma redução nos IED passando de 16% para 10%.

Olhando tabelas anuais e comparando-as com as dos anos anteriores dos WIPS há um declínio nas perspectivas de investimentos para o ano 2008 assim como para 2009. Por enquanto, a proporção de empresas planejando diminuir seus investimentos em 2008 comparado com 2007 aumentou bastante (18% em 2008 contra 11% em 2007). Para 2009 há um quadro similar (15% comparado com 2008 (9%).

⁷ Dados retirados do Relatório 2007 do Boletim do Banco Central do Brasil.

Gráfico 1: Mudança nos fluxos de IED, 2008-2010

Fonte: Elaborado pela autora segundo dados do WIPS 2008-2010, relativos a mudanças em relação ao ano anterior.

Essa redução prevista para os três anos que estão por vir são conseqüências principalmente da crise financeira, que começou no meio de 2007 e fez crescer a esfera de incertezas e preocupações sobre as perspectivas globais de investimentos, gerando condições de créditos mais apertadas, redução do crescimento de mercados e um crescente clima de incertezas.

A crise financeira que começou no meio do ano 2007 afetou diversas companhias de várias maneiras. A estagnação do crescimento econômico, particularmente nos Estados Unidos, influenciou negativamente nos balanços de diversas indústrias. A diminuição de créditos tornou mais difícil para as empresas conseguir financiamento externo para seus investimentos. Finalmente a deterioração do cenário comercial e financeiro junto com o aumento dos preços de materiais e energia teve um impacto negativo nos gastos e lucros das empresas.

Porém há uma ambigüidade nos relatórios. Enquanto acredita-se que haverá maiores dificuldades para as empresas em produzir devido ao aumento dos preços de materiais e energia, por exemplo, acredita-se também que o dólar seja um pouco desvalorizado. Ou seja, enquanto 40% das empresas acreditam em um efeito negativo nos Planos de IED, quase 20% acreditam em

um impacto positivo da desvalorização do dólar. Essas empresas favoráveis estão visando à aquisição de empresas dentro dos Estados Unidos ou à aquisição de atividades dentro deste mesmo país.

E uma porcentagem significativa de empresas norte americanas vê no enfraquecimento do dólar um aumento da competitividade de seus produtos devido ao menor valor agregado e uma redução nos seus gastos com logística e redes de distribuição. Essas possíveis características são extremamente relevantes para a expansão dos IED e o aumento das vendas de seus produtos principalmente no exterior.

2.2 Investimentos estrangeiros brasileiros no exterior

Investir no exterior torna-se, devido à globalização, não somente opção para o aumento da competitividade das empresas, mas também uma forma de crescimento e/ou sobrevivência diante de um quadro de acirrada concorrência.

Internacionalizar operações significa participar ativamente, como *global player* de uma complexa trama de relações com fornecedores, clientes e competidores internacionais. Essa operação pode contribuir para dinamizar a economia do país e dar sustentabilidade ao atual ciclo de IED que depende tanto das estratégias empresariais como das políticas públicas adotadas pelo Governo.

Essa atividade não é somente fruto da capacidade empresarial. Ela engloba políticas de caráter geral que não só estimulam o IED por parte das firmas como influenciam políticas e programas governamentais.

São características fortes da promoção ativa de IED o fornecimento de informações sobre possibilidades de investimentos, treinamento de pessoal, missões oficiais envolvendo também empresários, incentivos fiscais, financiamentos e seguros. Várias dessas informações podem ser adquiridas nas secretarias do governo, no Ministério das Relações Exteriores, nas Agências de Exportação, no Portal do Comércio Exterior⁸ do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em consulados e embaixadas e em Programas como o PROEX (Programa de financiamento às Exportações), o Programa Brasileiro de Qualidade, Programa de Apoio Tecnológico entre tantos outros.

No período de 1960 a 1982 os investimentos brasileiros no exterior tinham a nítida característica de complementaridade com a economia nacional. Assim como vários outros países, o Brasil esteve nos anos 80 praticamente alijado do processo de internacionalização devido às sérias dificuldades atravessadas por sua economia, principalmente por causa das vulnerabilidades e restrições externas.

Na década de 90, por sua vez, o Brasil participou mais como país receptor de investimentos estrangeiros ao invés de país investidor no mercado

⁸ Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>.

internacional. Pode-se dizer, portanto que de 1982 a 2002 os Investimentos estrangeiros brasileiros foram negativamente afetados e limitados. Houve maior diversidade, em termos de porte, setor e concentração na América do Sul. E de 2003 em diante, houve o fortalecimento do mercado interno e passou-se a almejar a internacionalização como objetivo estratégico. Nesse último período, houve um número maior de F&A envolvendo empresas brasileiras no papel de compradoras⁹.

Nos anos 2006 e 2007, houve aumento significativo no valor total de investimentos brasileiros no exterior, passando de US\$ 22.706 milhões em 2006 para US\$ 34.335 milhões em 2007. Nessa tabela podemos identificar como maiores receptores de IED brasileiro os Países Baixos com US\$ 8.129 milhões no ano de 2007 e os Estados Unidos com US\$ 6.073 milhões nesse mesmo ano.

Segundo o Boletim do Banco Central – Relatório 2007¹⁰:

“As condições favoráveis ao financiamento das contas externas podem ser entendidas como pré-requisitos para a internacionalização das empresas brasileiras, que ampliam escala e passam a ter participação relevante no mercado mundial, com mudança expressiva no patamar de valores da conta investimentos brasileiros no exterior. Essa evolução fica evidenciada pelo aumento no estoque de investimentos brasileiros diretos no exterior, que totalizava US\$ 129,8 bilhões em 2007.

Os investimentos brasileiros diretos no exterior, no ano de 2007, somaram aplicações líquidas de US\$ 7,1 bilhões, ante US\$ 28,2 bilhões em 2006, quando os investimentos brasileiros diretos superaram, pela primeira vez, os investimentos estrangeiros diretos, ambos em valores líquidos. Em 2007, do total, US\$ 10,1 bilhões se referia, a aumento de participações, saídas líquidas para constituição de novos ativos brasileiros no exterior, ante US\$ 23,4 bilhões registrados em 2006. Os empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior proporcionaram retornos líquidos de US\$ 3 bilhões, ante aplicações líquidas de US\$ 4,8 milhões em 2006.”

9 BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fábio. Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente. 1ª edição. Editora Campus/ Elsevier: Rio de Janeiro, 2008

10 O Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório 2007. <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2007/rel2007cap5p.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2008

O permanente influxo de recursos externos ao longo de 2007 permitiu ao BACEN efetuar compras líquidas no mercado doméstico de câmbio de US\$ 78,6 bilhões. Tais compras contribuíram decisivamente para que as reservas internacionais atingissem, ao final do ano, o recorde de US\$ 180,3 bilhões, o que representou o crescimento de US\$ 94,5 bilhões em relação ao ano anterior.

Ou seja, o Brasil vem se tornando cada vez maior investidor no exterior, devido a políticas de promoção ao investimento e melhores oportunidades no exterior que tem atraído os investidores brasileiros.

CAPÍTULO 3 – FLUXOS DE INVESTIMENTOS DIRETOS NO BRASIL

3.1 – Definições, legislação e procedimentos envolvendo capitais estrangeiros no Brasil

O objetivo do presente trabalho é analisar se a relação entre a evolução qualitativa das economias receptoras e os investimentos estrangeiros diretos é verdadeira tendo como base os investimentos em diversas áreas da economia brasileira. Dessa forma, faz-se necessário definir os conceitos de investimento e capital estrangeiro de acordo com a legislação brasileira.

No Brasil, a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior são disciplinadas pela Lei nº 4.131/62¹¹, modificada pela Lei nº 4.390/64¹² e regulamentada pelo Decreto nº 55.762/65. O artigo 1º da Lei nº. 4.131/62 define os capitais estrangeiros como “bens, máquinas e equipamentos, entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços” e os recursos financeiros ou monetários aplicados em atividades econômicas, “desde que, em ambas as hipóteses, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior”.

E os reinvestimentos são definidos pelo artigo 7º da Lei 4.390/64 como:

“os rendimentos auferidos por empresas estabelecidas no País e atribuídos a residentes e domiciliados no exterior, e que forem reaplicados nas mesmas empresas de que procedem ou em outro setor da economia nacional.”¹³

Faz-se necessário ressaltar também que todo capital estrangeiro ingressado no país e todas operações financeiras com o exterior precisam ser

11 BRASIL. Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4131.htm> > Acesso em: 20 nov. 2008

12 BRASIL. Lei n. 4.390, de 29 de agosto de 1964. Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4390.htm> Acesso em 10 fev. 2008

¹³ Idem.

registrados. Isso está bem claro no artigo 3º da Lei nº. 4.131/62 que estabelece que serão registrados:

“a) os capitais estrangeiros que ingressarem no País sob a forma de investimento direto ou de empréstimo, quer em moeda, quer em bens;

b) as remessas feitas para o exterior com o retorno de capitais ou como rendimentos desses capitais, lucros, dividendos, juros, amortizações, bem como as de "royalties", ou por qualquer outro título que implique transferência de rendimentos para fora do País;

c) os reinvestimentos de lucros dos capitais estrangeiros;

d) as alterações do valor monetário do capital das empresas procedidas de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. O registro dos reinvestimentos a que se refere a letra "c" será devido, ainda que se trate de pessoa jurídica com sede no Brasil mas filiada a empresas estrangeiras ou controlada por maioria de ações pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas com residência ou sede no estrangeiro.”

O registro do capital ao qual a lei se refere deve ser feito no BACEN, através do “Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Externo Direto” (RDE-IED), do Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN). Esse registro é somente declaratório porque não depende de nenhuma autorização por parte do BACEN, não é feita verificação e sua realização é de exclusiva responsabilidade do investidor e do receptor do investimento. São considerados investimentos externos diretos, para fins de registro nesse sistema:

“[...] as participações permanentes em empresas receptoras do país, ou, segundo as práticas usuais de mercado, as participações com ânimo de permanentes, detidas por investidor não-residente, pessoa física ou jurídica, residente, domiciliada ou com sede no exterior, mediante a propriedade de ações ou quotas representativas do capital social de empresas brasileiras, bem como o capital destacado de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país”.¹⁴

O registro de capitais estrangeiros deverá ser na moeda do país de origem como estipulado no artigo 4º da Lei nº 4.390/64. Já o registro de reinvestimento deve ser efetuado tanto na moeda do país de origem, quanto na

¹⁴ GUIA legal para o investidor estrangeiro no Brasil = Legal guide for the foreign investor in Brazil. – [8.ed.] – Brasília: Ministério das Relações Exteriores: São Paulo: CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 26.

moeda do país receptor dos lucros. Para a conversão da moeda, deverá ser considerada a taxa cambial média do período em que foi comprovadamente efetuado o reinvestimento. E têm-se ainda em seu parágrafo único que:

“Se o capital fôr representado por bens, o registro será feito pelo seu preço no país de origem ou, na falta de comprovantes satisfatórios, segundo os valores apurados na contabilidade da empresa receptora do capital ou ainda pelo critério de avaliação que fôr determinado em regulamento.”

Com relação aos prazos para registro do IED, no artigo 5º dessa mesma Lei consta que o mesmo deverá ser requerido dentro de trinta dias da data do ingresso do investimento no país. No caso de registro de reinvestimento de lucro, esse prazo é o mesmo, contando a partir da data de aprovação do respectivo registro contábil pelo órgão competente da empresa.

É interessante colocar que o artigo 2º da Lei 4.131/62 estabelece que será dispensado tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional e em igualdade de condições sendo vedadas quaisquer discriminações não previstas na presente lei.

Outro ponto importante colocado no Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil¹⁵ esclarece que, via de regra, não existem restrições à remessa de lucros ao exterior, e que os lucros gerados a partir de 1996 estão isentos de imposto de renda retido na fonte. E com relação ao repatriamento dos lucros, esse mesmo guia informa que este poderá ser realizado a qualquer tempo, sem necessidade de autorização prévia e sem a incidência de imposto de renda na fonte. Porém, esclarece que, de acordo com o artigo 690, inciso II, do Regulamento do Imposto de Renda de 1999, os valores que ultrapassarem proporcionalmente o investimento originalmente realizado, representando ganho de capital, estarão sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15%.

É colocado ainda no Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil que o BACEN, baseado em seu balanço patrimonial, costuma verificar o patrimônio líquido da empresa envolvida no repatriamento. Caso o patrimônio

¹⁵ GUIA legal para o investidor estrangeiro no Brasil = Legal guide for the foreign investor in Brazil. – [8.ed.] – Brasília: Ministério das Relações Exteriores: São Paulo: CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

seja negativo, o BACEN “[...] pode considerar ter havido uma diluição do investimento, negando assim autorização para repatriamentos num montante proporcional ao do resultado negativo apurado”

É importante ressaltar também que há limitações aos IED. Eles são passíveis de vedações nos casos de serviços na área de saúde, serviços de correios e telégrafos e investimentos relacionados com a indústria aeroespacial ou energia nuclear. E podem sofrer restrições quando tratam de imóveis rurais, imóveis localizados em zonas fronteiriças, instituições financeiras/ seguradoras e meio de comunicação como jornais, revistas, rádio e televisão.

3.2 – Investimentos estrangeiros em bolsas de valores brasileiras

Os investimentos estrangeiros de portfólio também representam papel de grande importância na economia de um país. No Brasil, a principal receptora de investimentos tanto de brasileiros como de estrangeiros é a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, BM&FBOVESPA S.A..

A Bovespa, como é mais conhecida, possui também um conjunto de regras para os investidores estrangeiros. O normativo mais recente é a Resolução 2689/2000, em vigor desde 31 de março de 2000. Nela conta que os investimentos podem ser feitos tanto de forma institucional quanto individual.

Os produtos oferecidos aos estrangeiros são os mesmos disponíveis para os aplicadores locais e os estrangeiros podem também aplicar em fundos de investimentos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sendo livre o trânsito de investimentos em renda variável para a renda fixa e vice-versa, respeitadas as diferenças de tratamento tributário.

Os investidores não residentes no país devem nomear um representante que ficará responsável pela prestação de informações e registros junto ao BACEN e à CVM, visto que seus ativos financeiros e valores mobiliários negociados, bem como as demais modalidades de aplicações, devem estar registrados, custodiados ou mantidos em contas de depósito em instituição autorizada para este fim, ou ainda em sistemas de registro, liquidação e custódia, reconhecidos ou autorizados pela CVM ou pelo Banco Central¹⁶.

Não se pode esquecer que todos os investimentos estrangeiros feitos no Brasil devem obedecer às Leis números 4.131/62 e 4.390/64, conforme explanado anteriormente e que não há período mínimo de permanência para os investimentos no Brasil.

Os investimentos estrangeiros em ações são isentos de imposto de renda sob ganhos de capital e CPMF, porém os investimentos advindos de países ou dependências que não tributam a renda ou que a tribuem a uma alíquota inferior a 20% são tributados como os investimentos locais.

¹⁶ Guia Prático Bovespa para Investimentos Estrangeiros de Portfólio. BOVESPA, A Bolsa do Brasil. São Paulo, SP. Janeiro 2006. Disponível em: <<https://www.bovespa.com.br/pdf/guiaportfolio.pdf>> Acesso em 17 jan. 2009

No ano de 2008, “os mercados de renda variável e fixa da BM&FBOVESPA movimentaram R\$ 1,37 trilhão em 2008, volume 14,7% superior ao de 2007, enquanto a média diária cresceu 12,9%, alcançando R\$ 5,52 bilhões. O número total de negócios apresentou elevação de 62,9%, somando 61 milhões, e a média diária atingiu 245.071 transações, superando em 60,3% a marca do ano anterior. Mais de 800 clubes de investimento foram criados ao longo de 2008, o número de investidores pessoas físicas ultrapassou 500 mil e a média mensal de investidores com ofertas alocadas no Home Broker chegou a quase 200 mil.

Os mercados de derivativos (incluindo financeiros e agropecuários) negociaram 391,6 milhões de contratos em 2008, redução de 8,15% em relação aos 426,4 milhões negociados em 2007. O volume financeiro totalizou R\$ 28 trilhões, ficando 13,43% abaixo dos R\$ 32,4 trilhões movimentados no ano anterior.”¹⁷

As aquisições dos estrangeiros nas ofertas públicas do mercado de ações brasileiros, até o mês de dezembro de 2008, resultaram em aproximadamente R\$ 20 trilhões e houve um saldo negativo da negociação direta com a Bovespa de aproximadamente R\$ 25 trilhões. Isso gerou um total negativo de cerca de R\$ 4.856 milhões nos fluxos de recursos desses investidores no mercado de ações brasileiros.

A participação dos estrangeiros nas ofertas públicas de ações representou 48,1% do total de R\$ 41.088.182.386,20 das operações realizadas com Anúncios de Encerramento publicados até 05/01/2009, conforme tabela a seguir.

¹⁷ Dados disponíveis em <<http://www.bovespa.com.br/home/redirect.asp?end=/Noticias/090107NotA.asp>>. Acesso em 21 jan 2009.

Tabela 3: Distribuições Públicas de Ações em 2008 - Participação dos Investidores Estrangeiros

Empresa	Data da Precificação	Volume Total da Distribuição	Volume da Oferta Brasileira	Volume Estrangeiro na Oferta Brasileira		Volume Estrangeiro na Oferta Total	
		(R\$)	(R\$)	(R\$)	Part (%)	(R\$)	Part(%)
MPX Energia S.A.	12/12/07	2.035.409.886,5	2.035.409.886,5	1.574.127.728,8	77,3	1.574.127.728,8	77,3
Perdigão S.A.	12/12/07	933.489.000,0	933.489.000,0	274.012.650,0	29,4	274.012.650,0	29,4
Banco do Brasil S.A.	13/12/07	3.443.996.702,3	3.443.996.702,3	1.499.577.358,5	43,5	1.499.577.358,5	43,5
Tempo Participações S.A.	17/12/07	419.795.600,0	419.795.600,0	379.109.885,0	90,3	379.109.885,0	90,3
Nutriplant Indústria e Comércio S.A.	28/1/08	20.701.000,0	20.701.000,0	2.200.000,0	10,6	2.200.000,0	10,6
GP Investiments, Ltd	22/2/08	366.707.007,0	366.707.007,0	321.720.333,0	87,7	321.720.333,0	87,7
Redecard S.A.	12/3/08	1.216.703.202,0	1.208.378.938,0	960.854.830,0	79,5	969.179.094,0	79,7
Anhanguera Educacional Participações S.A.	22/4/08	508.300.000,0	508.300.000,0	486.706.038,0	95,8	486.706.038,0	95,8
Gerdau S.A.	24/4/08	2.900.252.959,2	2.213.707.309,2	152.633.410,2	6,9	839.179.060,2	28,9
Metalúrgica Gerdau S.A.	24/4/08	1.505.181.301,6	1.505.181.301,6	242.758.699,8	16,1	242.758.699,8	16,1
Hypermarcas S.A.	16/4/08	612.390.099,0	612.390.099,0	595.493.000,0	97,2	595.493.000,0	97,2
Cia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa	23/4/08	460.024.764,5	460.024.764,5	354.612.951,0	77,1	354.612.951,0	77,1
Le Lis Blanc	25/4/08	150.187.500,0	150.187.500,0	145.212.750,0	96,7	145.212.750,0	96,7
OGX Petróleo e Gás Participações S.A.	11/6/08	6.711.662.763,0	6.711.662.763,0	4.259.435.349,0	63,5	4.259.435.349,0	63,5
SLC Agrícola S.A.	25/6/08	369.187.472,5	369.187.472,5	288.964.500,0	78,3	288.964.500,0	78,3
Vale do Rio Doce	16/7/08	19.434.193.128,7	13.194.207.323,3	1.301.167.682,9	9,9	7.541.153.488,2	38,8
TOTAL		41.088.182.386,2	34.153.326.666,9	12.838.587.166,2	37,6	19.773.442.885,5	48,1

Fonte: BOVESPA. Disponível em:

<<http://www.bovespa.com.br/Mercado/RendaVariavel/PartInvest/DistribuicaoPublic2008.asp>>.

Acesso em 21 jan 2009.

3.3 - Contexto histórico que influenciou a entrada de IED no Brasil

A inserção internacional do Brasil é historicamente ampla e profunda. O padrão de inserção internacional da economia brasileira foi alterado ao longo do tempo, em função da situação política-econômica em âmbito nacional e da evolução do sistema mundial. Apesar dessas mudanças, o capital internacional sempre teve papel de destaque na história econômica do país, seja na forma de empréstimos, financiamentos, investimentos de portfólio ou investimentos diretos.

Em 1944 foi criado, em âmbito internacional, o Sistema Bretton Woods que dependia do comprometimento dos EUA em manter sua taxa de câmbio fixa para manter o padrão dólar-ouro. Isso fez com que os EUA se tornasse o maior importador do mundo. Nesse contexto a economia brasileira experimentou um importante processo de substituição de importações mantendo um regime de câmbio fixo que trouxe como resultado diminuição das reservas internacionais em função da importação de bens de consumo duráveis que o país ainda não era capaz de produzir.

Logo em seguida, no Brasil, foi instituída a Lei de Similares Nacionais que consistia em medidas protecionistas elevando as tarifas dos produtos importados frente aos seus similares brasileiros. Isso ocorria para motivar a indústria nacional tornando-a competitiva comparada com a internacional.

Em meados da década de 70, os EUA anunciaram o abandono do padrão Dólar-Ouro, finalizando assim o Sistema Bretton Woods. Nessa época os gastos com a Guerra Fria, os déficits internos e da Balança de Pagamentos haviam gerado grande instabilidade na economia do país norte-americano e com a intenção de voltar a uma situação econômica confortável foi tomada essa decisão.

Nesse mesmo período, a economia brasileira tinha sua produção como uma das mais internacionalizadas do mundo. Somente em um número muito pequeno de países as Empresas Transnacionais controlavam a indústria

doméstica da mesma forma que faziam no Brasil. Reinaldo Gonçalves¹⁸ coloca como ilustração os dados principais dessa época no Brasil e nos EUA:

“En el primero, las ETs¹⁹ asumían el 32 % de la producción industrial, a finales de los 70; mientras que, en el segundo, la participación era de un 11 %. Aquí, hay otro aspecto que se debe destacar y es que el grado de apertura e internacionalización en el Brasil, era mayor en todas las industrias, exceptuando sólo la editorial y la gráfica.”

Em 1973 e em 1979, o preço do barril de petróleo se elevou a valores recordes, provocando as famosas crises do petróleo. Estas crises caracterizaram aumentos generalizados nos preços, tanto de produtos derivados de petróleo quanto de produtos que dependiam da energia gerada por ele. Isso gerou uma grande instabilidade na economia mundial e especialmente nos EUA. Como consequência houve o aumento da taxa de juros norte-americana e crises financeiras em diversos países que possuíam dívidas em dólares. Tais reflexos foram ainda maiores nos países em desenvolvimento, começando com a Crise da Dívida Externa no México em 1982.

Para a economia brasileira um dos efeitos foi a crise da dívida externa que praticamente inviabilizou a entrada de investimentos e por isso a década de 80 ficou conhecida como década perdida.

“O fluxo mundial de IED diminuiu 14,47% em 1982 e 14,67% em 1983. Na América Latina, a queda do nível de IED foi mais acentuada, chegando a atingir 26,8% em relação ao ano anterior, em 1983. No Brasil, as maiores quedas foram registradas em 1983 e 1986, atingindo 58,1% e 78,6%, respectivamente, em relação aos anos anteriores. Em 1987, o país registrou um crescimento anual de 300% em seu influxo de IED, atingindo o valor de 1,2 bilhões de dólares. Apesar do grande aumento em relação ao ano anterior, o influxo de IED não foi grande, tendo sido maior apenas que os influxos de 1986 (USD 0,3 bilhões) e do período anterior a 1975 (tabela 4). Ainda assim, nesse mesmo ano, o Brasil veio a declarar moratória dos juros da dívida externa.”²⁰

¹⁸ GONÇALVES, Reinaldo. *Globalización productiva, inversión externa directa y empresas transnacionales em el Brasil: una perspectiva histórica globalización productiva, inversión*. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/unesco/gonca.rtf> >. Acesso em fev 2009.

¹⁹ O autor chama de ETs as Empresas Transnacionais.

²⁰ CARBONELL, Livia Machado. Fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto e participação do Brasil como receptor desses investimentos. Brasília, 2008.

Ainda segundo Reinaldo Gonçalves, nos anos 80 o fluxo médio de IED no Brasil representou 1/6 do fluxo médio da década anterior, caindo de US\$ 2,3 bilhões anuais para cerca de US\$ 350 milhões²¹.

No começo da década de 90, foram adotadas políticas visando promover a abertura comercial ao exterior e desregulamentar o mercado interno. Começou aí a fase das privatizações com o objetivo de suprir a carência nos serviços de infra-estrutura. Também nessa época foi renegociada a dívida externa e, na tentativa de conter a inflação, foi criado, com sucesso, o Plano Real.

Conseqüentemente, os fluxos de IED aumentaram significativamente a partir de 1994/95 com a estabilização da economia brasileira. Já no primeiro Censo do Capital Estrangeiro realizado pelo BACEN em 1995 foi apurado que o estoque de IED na economia brasileira havia atingido o montante de US\$ 43 bilhões²².

Foi relevante também para o sucesso da política externa brasileira a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) iniciada, em 1991, com o objetivo de reduzir ou eliminar impostos, proibições e restrições entre os produtos dos países membros. Muito se fala a respeito desse bloco econômico visto que seus países alcançaram, em pouco tempo de existência, um crescimento rápido nos fluxos intra-regionais de comércio e de investimento, sendo avaliados claro no contexto de economias em desenvolvimento. Houve, com a sua criação, uma busca por maior cooperação e interdependência entre os Estados membros, sem que o Mercosul se tornasse o assunto principal nas agendas dos países. Comercialmente, para o Brasil esse bloco permitiu uma maior competitividade à produção local brasileira.

Em 1995, o México enfrentou novos problemas em sua economia devido, principalmente, à criação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Com o NAFTA as exportações do México para os EUA

²¹ Dados retirados de GONÇALVES, Reinaldo. *Globalizacion productiva, inversion externa directa y empresas transnacionales em el Brasil: una perspectiva histórica globalizacion productiva, inversion*. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/unesco/gonca.rtf> >. Acesso em fev 2009.

²² GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fátima Berardinelli Anaes de. O desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para a atração de IED. Disponível em: < <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/comissoes/credn/publicacao/Artigo%20IED%20010705.pdf> >. Acesso em fev 2009.

aumentaram muito, o que gerou superávit na Balança deste país e valorizou a sua moeda. Com a valorização da moeda, o México passou a perder competitividade no mercado internacional e isso gerou inflação no país. Dessa forma, o governo Mexicano foi obrigado a tomar medidas de desvalorização da sua moeda, gerando bolhas especulativas, o que por sua vez fez com que as dívidas adquiridas em dólares se tornassem ainda maiores levando à falência bancos e empresas. Essa crise ficou conhecida como Crise Tequila e seu efeito foi a diminuição das taxas de crescimento em países da América Latina e Caribe.

Em 1997 ocorreu uma nova crise internacional, dessa vez afetando os países asiáticos. Essa ficou conhecida como Crise Saquê e ocorreu da mesma forma que a Tequila, porém sob a área de influência da moeda japonesa, o iene. Essa crise surpreendeu o mercado financeiro internacional, pois os países afetados tinham participado do Milagre Asiático ocorrido entre a década de 1980 e 1990, sendo caracterizados à época como países seguros para o investimento. Conseqüentemente, ela gerou queda nas bolsas de valores do mundo todo.

É interessante colocar que apesar das crises, em 1997, o fluxo de IED para países em desenvolvimento teve crescimento acima da média mundial, atingindo uma taxa de 29,7%. O Brasil, por sua vez, conseguiu manter a sua estabilidade atingindo um crescimento anual de 75,9% em seu influxo de IED, seguido por um aumento de 51,6% em 1998, registrando neste ano uma entrada de US\$ 28,8 bilhões.

Em 1998, a vítima da onda de crises foi a Rússia. Ainda em transição após o fim da União das repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e sem conseguir se adaptar ao sistema de livre-concorrência, sem preços artificialmente controlados, a inflação foi inevitável. Os investidores estrangeiros passaram a ter medo de investir no país e para evitar a evasão de divisas o país se viu obrigado a manter as taxas de juros muito elevadas e a emitir e pagar seus títulos públicos em dólar. Em pouco tempo, a dívida ficou superior às reservas do país e eles se viram obrigados a desvalorizar sua moeda e decretar a moratória da dívida pública interna.

Diante de mais um país em crise, os investidores tomaram aversão a riscos e isso prejudicou muito o Brasil, que teve que alterar suas políticas monetária, cambial e fiscal.

O Brasil, porém, ao invés de desvalorizar sua moeda, decidiu agir de maneira distinta aos outros países no começo da crise e liberou o câmbio, permitindo que o mercado regulasse o valor do real. Nesse período o dólar chegou à R\$ 4,00, mas em seguida voltou à média anteriormente observada, já que o país mostrou estar no caminho certo para controlar sua economia.

No ano 2000, houve um aumento no fluxo mundial de IED, chegando ao patamar recorde de US\$ 1.4 trilhão. O Brasil acompanhou essa tendência, porém a América Latina e o Caribe não tiveram a mesma sorte.

A Argentina entrou numa grande recessão em função das diversas crises internacionais e à perda da confiança dos investidores em países em desenvolvimento. Seu câmbio era fixo e em paridade com o dólar o que impediu medidas para aumentar a taxa de juros e tornou seus produtos pouco competitivos no mercado internacional. Dessa forma, houve uma queda de 163,87%, que reduziu os IED de US\$ 9,2 bilhões em 1997 para US\$ 1,6 bilhões em 2003.

A partir de 2001, houve também sucessivas quedas nos influxos de IED mundiais. No trabalho Desenvolvimento de Ambiente Favorável no Brasil para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto²³ são apontadas três causas principais para esse fato: a queda nas bolsas dos EUA, o desaquecimento da economia global, em decorrência dos atentados terroristas de 11 de setembro e conturbações bélicas, bem como fraudes descobertas na contabilidade de grandes empresas americanas e multinacionais.

No Brasil, a crise energética, a diminuição da quantidade de privatizações e a proximidade das eleições presidenciais foram pontos chaves que levaram a uma queda maior ainda nos influxos de IED. As eleições presidenciais desse ano apontavam na direção de uma mudança de legenda partidária, onde um governo de esquerda seria o provável sucessor na presidência do país.

²³ GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fátima Bernardinelli Arraes de. O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável no Brasil para Atração de Investimento Estrangeiro Direto, 2005.

Sendo assim, o PT divulgou em junho de 2002 a Carta ao Povo, na qual declarou que:

“O novo modelo (de governo) não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.”²⁴

Ao final das eleições de 2002, assumiu a presidência do Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva do PT. O partido cumpriu a promessa de manter a política macroeconômica do governo anterior, o que recuperou a confiança dos Investidores estrangeiros. Em 2004 os IED recebidos cresceram 79,2% e, em 2007, atingiram novo recorde, de US\$ 37,4 bilhões.

No ano 2008, começou uma nova crise mundial. Dessa vez tendo como principal país afetado os EUA. Dessa vez o principal culpado foi o Banco Central Norte Americano, o Fed, que para incentivar o mercado consumidor a tomar empréstimos, reduziu as taxas de juros e colocou mais dólares em circulação. A liquidez do mercado financeiro americano e o crescimento da economia chinesa aumentaram o volume de dinheiro no mercado de crédito global com dólares, impulsionando a economia de vários países, entre eles, o Brasil e isso gerou a desconfiança dos investidores²⁵.

Segundo Paulo Henrique Cotta Pacheco, coordenador geral da faculdade Ibmecc, em entrevista ao site Uai²⁶, “a fartura de crédito fez com que os bancos comesçassem a emprestar dinheiro indiscriminadamente, inclusive a famílias que não tinham como comprovar que teriam como honrar a dívida, o chamado setor imobiliário de risco (títulos ‘subprime’). Com a onda de calotes,

²⁴ Carta ao Povo, escrita em 22 de junho de 2002, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como forma de acalmar os ânimos da sociedade nacional e internacional sobre os possíveis rumos de sua política externa. Disponível em: < http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf >. Acesso em 09 fev 2009.

²⁵ Disponível em: < http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2008/09/16/em_noticia_interna.id_sessao=4&id_noticia=79668/em_noticia_interna.shtml >. Acesso em 13 fev 2009.

²⁶ Idem.

o temor em torno da saúde dos bancos cresceu, provocando fuga de capitais. Com a percepção de que o tamanho do rombo causado pelas 'subprimes' era maior do que o imaginado, uma vez que os títulos das dívidas são revendidos entre os bancos, houve fuga em massa dos investidores.”

Sendo os EUA ainda um dos principais agentes do mercado global a crise acabou atingindo os outros Estados também. Diversos países tiveram que aprovar pacotes econômicos de emergência como tentativa de fugir dos efeitos da crise.

No Brasil, o governo ainda afirmou que os efeitos não chegariam tão devastadores, mas já é possível sentir algumas alterações na política econômica nacional. Os setores que mais sofrem com a queda da demanda são o automotivo, o imobiliário e o de bens de capital. Em âmbito global ondas de demissões afetam diversos atores importantes do comércio internacional como o caso das empresas General Motors (GM), Panasonic, Peugeot Citröen entre tantas outras. Há maior dificuldade de obter dinheiro, com isso grandes empresas que dependem de financiamento externo passam a encontrar menos linhas de créditos disponíveis, afinal, os bancos têm medo de emprestar em um contexto de crise. Por consequência, com a dificuldade em captar no exterior, ficam comprometidos projetos de construção dessas empresas, que por sua vez gerariam empregos e renda ao país.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção do setor automotivo, por exemplo, despencou quase 40% em dezembro na comparação com novembro de 2008, sendo determinante para que o resultado da indústria em geral naquele mês recuasse 12,4%.

CAPÍTULO 4 – INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO BRASIL E SUA DIVISÃO POR SETORES

4.1 – Entrada de IED na economia brasileira

Neste trabalho já foram relacionados os tipos de IED existentes, apresentados os fluxos de IED mundiais, bem como a legislação brasileira que regula a entrada de IED no país e o contexto histórico que influenciou a entrada dos IED no Brasil. Será analisada neste item a entrada de IED nos diversos setores da economia para enfim verificar se há ou não relação direta entre a

Tabela 4: Entrada de IED por setores da economia brasileira (2000 - 2007), US\$ milhões.

Setor	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
TOTAL	29.876	21.095	18.778	12.902	20.265	21.638	22.706	34.335
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	649	1.500	638	1.482	1.071	2.194	1.542	4.751
Extração de minerais metálicos	-	-	35	918	507	996	595	3.249
Extração de petróleo e serviços relacionados	481	1.360	508	365	285	897	532	892
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	-	-	-	-	166	210	176	303
Demais	169	140	95	199	112	92	239	307
Indústria	5.087	6.924	7.617	4.480	10.699	6.529	8.462	13.481
Fabr. e mont. de veículos automotores	961	1.556	1.819	966	850	1.044	290	861
Produtos químicos	1.118	1.528	1.573	916	1.363	764	936	1.378
Produtos alimentícios e bebidas	975	560	1.873	409	5.346	2.075	525	1.378
Metalurgia básica	246	428	139	351	817	310	1.713	4.699
Máquinas e equipamentos	579	323	391	256	313	255	357	428
Celulose, papel e produtos do papel	10	148	11	348	177	167	1.619	477
Edição, impressão e reprodução de gravações	23	140	44	145	131	26	-	-
Produtos minerais não-metálicos	67	127	124	49	219	17	152	454
Máquinas p/ escritório e equip de informática	-	-	95	8	11	59	294	159
Produtos de madeira	-	-	16	31	61	124	-	-
Outras indústrias	1.108	2.114	1.532	1.001	1.411	1.688	2.576	3.647
Serviços	24.139	12.671	10.523	6.940	8.495	12.915	12.702	16.103
Correio e telecomunicações	10.897	4.171	4.190	2.810	2.970	3.958	-	-
Intermediação financeira	6.384	2.221	1.206	706	940	1.294	-	-
Comércio	1.635	1.704	1.504	860	1.252	2.835	1.527	2.759
Eletricidade, gás e água quente	2.972	1.443	1.534	651	1.191	1.571	2.332	1.055
Seguros e previdência privada	14	630	216	128	126	861	252	516
Alojamento e alimentação	0	275	126	172	74	128	-	-
Construção	12	254	148	177	324	203	613	1.240
Atividades imobiliárias	41	188	197	188	145	297	890	822
Transporte	44	146	124	189	252	207	163	387
Outros serviços	2.140	1.639	1.278	1.059	1.221	1.561	6.925	9.324

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Boletins do Banco central do Brasil - Relatórios Anuais (2000 a 2007).

entrada de IED e o desenvolvimento dos setores da economia brasileira.

Do ano 2001 a 2003, a entrada de IED no Brasil sofreu sucessivas reduções e todas bem significativas quando comparadas ao ano 2000. Isso ocorreu devido à grande quantidade de desestatizações ocorridas até 2000, que teve como consequência a redução no número de empresas a serem privatizadas após 2000, ou seja, menor quantidade de IED entrando no país.

O ano 2001 foi marcado por grandes eventos tanto no cenário internacional quanto no nacional. Em âmbito internacional houve a crise na Argentina causando deterioração da sua situação política e econômica e alterando as relações comerciais com diversos países principalmente o Brasil, forte aliado comercial do país. Em setembro deste mesmo ano houve o atentado terrorista às Torres Gêmeas do World Trade Center nos EUA, gerando dúvidas sobre a recuperação do país. Em âmbito nacional os grandes acontecimentos foram referentes às investigações políticas das Comissões de Ética do Senado e à crise energética, conhecida como Apagão, que consistia em restringir o uso de energia elétrica o que certamente provocaria restrições sobre o nível de produção. Diante deste cenário pode-se perceber o receio por parte dos investidores de colocar suas finanças no país, conseqüentemente nesse ano houve uma redução de 29,4% na entrada de IED no Brasil.

O setor que mais sofreu com esse quadro foi o de serviços, que teve redução de 47,51% passando de US\$ 24.139 milhões em 2000 para US\$ 12.671 milhões em 2001. Os outros dois setores, de Agricultura, pecuária e extração mineral e de Indústria, tiveram aumento de 131,12% e 36,11% respectivamente. Porém, como pode ser observado na tabela 4 o setor de agricultura, pecuária e extrativismo mineral só pode ser analisado a partir do ano 2004, quando todos os dados estão disponíveis.

Em 2002, “a partir do final de abril, registrou-se nova situação de instabilidade financeira, alimentada pelas incertezas inerentes ao processo eleitoral brasileiro, pelo aprofundamento da crise Argentina e seus reflexos no Brasil, pelo rebaixamento da classificação do país por agências de risco internacionais, assim como pela crise no mercado acionário norte-americano a partir da descoberta de uma série de fraudes contábeis em grandes

empresas.”²⁷ Nesse contexto percebe-se novo decréscimo na entrada de IED no Brasil, 10,98% em relação ao ano anterior.

Diante disso, houve redução no setor primário e no setor terciário. No setor terciário os serviços que receberam maior quantidade de IED foram o de correio e telecomunicações, comércio, eletricidade, gás e água quente e intermediações financeira. Os que receberam menores investimentos foram os serviços de transporte, alojamento e alimentação e construção.

No setor secundário houve aumento passando de US\$ 6.924 milhões em 2001 para US\$ 7.617 milhões em 2002. Porém esse aumento não é relativo a maior entrada de IED no setor industrial, mas à inclusão dos setores de máquinas para escritório e equipamentos de informática e produtos de madeira. Mesmo assim, a indústria de produtos alimentícios e bebidas, na contramão das outras indústrias teve aumentou 234,46% em relação a 2001, passando de US\$ 560 milhões para US\$ 1.873 milhões. Já refletindo o contexto internacional daquele ano, os setores de celulose, papel e produtos do papel e edição, impressão e reproduções de gravações tiveram redução de 92% e 71% respectivamente.

É interessante observar que o ano de 2003 foi marcado por uma redução nos fluxos de IED para o Brasil. Isso ocorreu devido ao elevado Risco-país²⁸ gerado pelo primeiro ano de mandato do Presidente da República Federativa do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, conforme explicado no capítulo anterior. Sendo assim, o Brasil, no ano 2003, teve queda de 58,82% na entrada de IED no setor industrial e queda de 65,95% no setor de serviços.

No ano 2004 houve um significativo aumento na entrada de IED no Brasil. Isso ocorreu em um “contexto de recuperação do fluxo de investimento estrangeiro internacional (...), ano em que o IED global atingiu US\$ 612 bilhões,

²⁷ O Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2002/rel2002cap5p.pdf>>. Acesso em 16 abr 2009.

²⁸ O Risco-país é um índice denominado Emerging Markets Bond Index Plus (EMBI+) e mede o grau de "perigo" que um país, normalmente emergente, representa para o investidor estrangeiro. Ele é determinado analisando o rendimento dos instrumentos da dívida de um determinado país, principalmente o valor (taxa de juros) com o qual o país pretende remunerar os aplicadores em bônus, representativos da dívida pública. Tecnicamente falando, o risco país é a sobretaxa que se paga em relação à rentabilidade garantida pelos bônus do Tesouro dos Estados Unidos, país considerado o mais solvente do mundo, ou seja, o de menor risco para um aplicador não receber o dinheiro investido acrescido dos juros prometidos. Quanto maior for o risco, menor será a capacidade do país de atrair investimentos estrangeiros.

encerrando o ciclo de queda iniciado em 2001. Naquele ano, os fluxos globais de IED somaram US\$ 818 bilhões, ante US\$ 1,4 trilhão, em 2000.”²⁹

Nesse mesmo ano, em virtude do Governo Lula não ter alterado a política macroeconômica do país, o segundo setor, como também é conhecido o setor industrial teve aumento de 138,82% em relação a 2003. Os maiores responsáveis por esse aumento tão significativo foram as indústrias de produtos alimentícios e bebidas e de produtos minerais não-metálicos, representando aumento de 1.207,09% e 346,94% respectivamente.

Outro fator importante desse ano foi a fusão da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev) com a empresa belga Interbrew realizada no segundo semestre de 2004, na qual a Interbrew passou a deter capital volante da Ambev. A Ambev por sua vez passou a ser acionista majoritária da Interbrew. Essa ação gerou a entrada de US\$ 4,9 bilhões em IED no Brasil, todos voltados para o setor industrial na produção de alimentos e bebidas justificando o enorme aumento citado anteriormente.

Os investimentos no setor de serviços também tiveram um crescimento significativo de 22,4%, com destaque para os setores de comércio, eletricidade, gás e água quente, construção e transporte.

No ano 2005 houve crescimento nos fluxos globais de IED de 29%, US\$ 897 bilhões, refletindo um crescimento anual de 38% destinados aos países desenvolvidos e 13% ao países em desenvolvimento. Destes, 55% dos IED foram destinados à África, favorecendo os países produtores de petróleo e ao Brasil ficou destinado 0,0024% do total global.

Neste ano foi o 3º setor que registrou maior elevação de recebimento de IED. Passando de US\$ 8.495 milhões em 2004 para US\$ 12.915 milhões em 2005. Os três serviços que mais obtiveram crescimento neste ano foram seguros e previdência privada, comércio e atividades mobiliárias. E os que obtiveram crescimento relativamente baixo, quando comparados com os outros foram os de transporte e de construção, ambos ficando com crescimento negativo.

²⁹ O Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2004/rel2004cap5p.pdf>>. Acesso em 15abr 2009.

O setor agrícola no ano de 2005 também obteve crescimento de 6,78% em relação a 2004. Esse crescimento ocorreu principalmente em relação à extração de petróleo e serviços relacionados e à atividade de extração de minerais metálicos.

Já o setor industrial teve redução de 38,98% em relação a 2004. Essa redução é referente principalmente ao setor de produtos alimentícios e bebidas que teve redução de 61,18% em relação ao ano anterior. Apesar dessa enorme redução, essa atividade continuou como a maior receptora de IED, US\$ 2.075 milhões, seguida pelas fábricas e montadoras de veículos automotores, US\$ 1.044 milhões. Nesse ano, a atividade com menor representação no setor industrial foram os produtos não-metálicos, US\$ 17 milhões, seguidos de perto pela indústria de edição, impressão e reprodução de gravações com US\$ 26 milhões.

Em 2006, a política do Comércio Exterior brasileira manteve de maneira geral as mesmas linhas de atuação adotadas desde 2003. “Nesse sentido, destacou-se a implementação de novas medidas relacionadas à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que consolidaram novo ambiente institucional para a política industrial brasileira.”³⁰ Em julho desse ano ocorreu a suspensão da Rodada de Doha para liberalização do Comércio Internacional devido ao impasse criado pelos EUA na tentativa de obter mais acesso ao mercado agrícola europeu. No âmbito do Mercosul, o Brasil assumiu sua presidência temporária, a Petrobras teve suas refinarias desnacionalizadas na Bolívia, a Venezuela entrou no bloco e alguns membros se mostraram descontentes com os resultados econômicos do bloco buscando novos acordos com os EUA.

Apesar do cenário internacional conturbado, no ano 2006 os fluxos globais de IED elevaram-se 38,1% e atingiram US\$ 1,3 trilhão, total mais próximo do recorde de US\$ 1,4 trilhão atingidos no ano 2000, como foi visto na tabela 1 do capítulo 1 deste trabalho. No Brasil, pelo terceiro ano consecutivo, aumentaram as entradas de IED atingindo US\$ 22,705 bilhões. Destes, US\$ 1.542 milhões referentes ao setor primário, US\$ 8.462 milhões ao segundo setor e US\$ 12.701 milhões ao setor terciário.

³⁰ O Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2006/rel2006cap5p.pdf>>. Acesso em 23 abr 2009.

Percebe-se, portanto, que o setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral teve redução de quase 30% refletindo em todos os seus campos. Já o setor de indústrias teve aumento de 29%, sendo as principais responsáveis a indústria de metalurgia básica, a de celulose, papel e produtos do papel e máquinas para escritório e equipamentos de informática. O setor terciário de serviços foi mais uma vez o que apresentou maior recepção de IED, porém nesse ano não foram analisados os serviços dos anos anteriores dificultando a análise de quais serviços foram responsáveis pelo aumento de IED neste setor da economia brasileira.

No ano 2007 continuaram os impasses da Rodada Doha surgidos no ano anterior e no Mercosul deu-se novo impasse referente às propostas de eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, a entrada da Venezuela no bloco econômico e a entrada plena da Bolívia que foi vetada pela Argentina. Nesse ano os fluxos globais de IED atingiram um novo recorde passando para US\$ 1,8 trilhão.

Neste mesmo ano no Brasil os IED chegaram a US\$ 34.335 milhões maior valor observado desde o ano 2000 e todos os setores da economia brasileira tiveram aumento, fato inédito desde o ano 2000. A Agricultura teve aumento de 446% sendo a principal responsável pelo crescimento da recepção de IED no primeiro setor. No setor industrial houve incremento de 59% em seu total comparado ao ano anterior. O principal responsável por isto foi mais uma vez a indústria de produtos alimentícios e bebidas com aumento de 233% seguida de perto pela indústria de metalurgia básica com 174% em relação ao ano anterior.

No setor terciário do ano 2007 mais uma vez os serviços que tiveram informações disponibilizadas são os mesmos de 2006, impossibilitando a análise referente ao ano 2000. Porém em referência ao ano 2006 pode-se observar que houve aumento nos serviços de comércio, seguros e previdência privada, construção e transporte. Observa-se, portanto, neste setor um aumento de 26,79% referente ao ano anterior.

Tem-se, portanto que, a partir do ano 2000 até 2003 aconteceram sucessivas diminuições na entrada total de IED, principalmente pela redução na quantidade de empresas passíveis de privatizações, sendo o terceiro setor o

responsável pela maior entrada de IED em todos os anos, seguido pelo setor secundário e por fim o primário. Após o ano 2003 há aumentos progressivos na entrada total de IED, mantendo o ranking de preferência dos investidores.

Nota-se que os setores de destaque da indústria foram o de fabricação e montagem de veículos automotores, a indústria de produtos químicos e a de produtos alimentícios e bebidas apresentando os maiores valores de IED com exceção do ano 2007 em que o destaque foi a indústria de metalurgia básica. Já no setor terciário os maiores receptores foram os serviços de correios e telecomunicações, intermediação financeira, comércio e eletricidade, gás e água quente. No setor primário por sua vez a agricultura foi o principal receptor de IED.

Faz-se relevante notar que nem sempre os receptores que tiveram aumento maior foram os que tiveram maior montante total de IED no período analisado.

4.2 – Crescimento interno da economia brasileira

Neste item será analisado o crescimento interno dos setores da economia brasileira, no período de 2000 a 2008. Para isso, faz-se necessária a utilização da tabela 5 abaixo.

Tabela 5: Valores correntes na economia brasileira (R\$ milhões)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Outros	PIB
2000	57.241	283.321	681.086	157.834	1.179.482
2001	66.819	301.171	750.623	183.523	1.302.136
2002	84.251	344.406	844.472	204.693	1.477.822
2003	108.619	409.504	952.491	229.334	1.699.948
2004	115.194	501.771	1.049.293	275.240	1.941.498
2005	105.163	539.283	1.197.807	304.986	2.147.239
2006	111.229	585.602	1.337.903	335.063	2.369.797
2007	133.015	623.721	1.466.783	374.092	2.597.611
2008	163.536	682.497	1.595.021	448.665	2.889.719

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Como já foi dito, o ano 2001 foi marcado por um cenário conturbado com a crise da Argentina, os atentados aos EUA de 11 de setembro e a crise energética brasileira. Esse cenário gerou crescimento das exportações e manteve as importações no mesmo patamar, ou seja, criou superávit na Balança Comercial e aumentou as reservas internacionais. Isso aliado ao crescimento de 5,1% do setor primário, 0,6% do setor secundário e 2,5% do setor terciário gerou crescimento de 1,3% no Produto Interno Bruto brasileiro.

Em 2002, os setores da economia brasileira sofreram impactos das incertezas do processo eleitoral e da redução do financiamento externo ao país. Esses fatores geraram depreciação cambial, diminuição nos gastos com investimentos e redução do consumo de bens com maiores valores agregados levando a perdas significativas na importação desse tipo de bem. Porém, esses fatores criaram estímulos à exportação e à produção de similares nacionais, bem como incentivou a exportação de produtos agrícolas, registrando saldos positivos na balança comercial brasileira. A superação da crise energética também foi fator relevante para a elevação de 2,6% do PIB referente ao setor industrial comparado ao ano anterior.

A agricultura, neste ano, registrou aumento de 5,5% em relação ao ano anterior referente à boa safra da lavoura e, como colocado anteriormente, à depreciação da taxa de câmbio que aumentou sua exportação. Nesse ano, houve também recordes mensais de produção de petróleo e gás natural caminhando para a auto suficiência em petróleo obtida no ano 2006. O setor de serviços foi o que teve menor aumento, somente 1,6% em relação a 2001. Ao final do ano com a balança comercial favorável, o Brasil registrou crescimento de 2,7% no seu PIB.

O ano 2003 começou ainda sob influência da preocupação com a sucessão governamental da presidência brasileira, sofrendo ainda com a elevação do risco-país, a depreciação cambial e a redução da disponibilidade de recursos externos. Porém ao longo do ano, foram dissipadas essas preocupações visto que não houve alteração na condução da política econômica. No segundo semestre desse ano pode-se verificar recuo da inflação e maior demanda por bens de consumo duráveis e por bens de capital. Sendo o crescimento total do PIB desse ano igual a 1,1% em relação ao ano anterior.

Observou-se também grande quantidade de exportação influenciada por políticas do governo, aumentando o montante dos preços das *commodities*. Em virtude disso o setor agropecuário teve aumento de 4,5%, sendo o setor de maior influência mais uma vez na balança comercial brasileira. Houve também nesse período redução nas taxas de juros o que influencia no comportamento dos empresários e investidores aumentando a produção no segundo setor, somente em 0,1% em relação a 2002, principalmente nas indústrias de bens de consumo duráveis por causa do aumento da demanda já referido anteriormente. O terceiro setor teve crescimento de 0,6%, consolidando a redução no PIB desse ano.

O ano 2004 foi marcado por crescimento de 5,7% comparado a 2003. Esse crescimento aconteceu em virtude do cumprimento das metas fiscais, do desempenho positivo e persistente do comércio exterior e da boa condução da política monetária. Isso acarretou no controle da inflação e no crescimento dos diversos setores, dependendo mais da economia interna que da externa. O setor agrícola apresentou mais uma vez crescimento positivo, 5,3% em relação a 2003, refletindo expansão da agropecuária e do autofinanciamento do setor.

Já o segundo setor apresentou aumento de 6,2%, principalmente referente à produção de bens de consumo duráveis para o consumo interno. A indústria de construção civil, registrou aumento de 5,7% depois de 3 anos consecutivos de declínio como colocado no Boletim do Banco Central – Relatório 2004³¹. O terceiro setor, por sua vez, apresentou crescimento de 3,7%. Os principais atores responsáveis por esse crescimento foi o comércio e o setor de transportes. Nesse ano houve maior controle da inflação resultando em geração de novos empregos o que refletiu diretamente no setor de serviços.

2005 foi marcado pelo crescimento do mercado interno e pelo bom desempenho do comércio exterior, registrando 3,2% de aumento no seu PIB em relação a 2004. Nesse ano, o Brasil apresentou mudanças no tipo de demanda interna, aparecendo mais demanda por bens de consumo não-duráveis ao invés de bens de consumo duráveis como vinha ocorrendo nos anos anteriores. Houve também nesse período redução do Risco-Brasil, representando maior entrada de investimentos no país. O Brasil também teve aumento na oferta de emprego refletindo principalmente no terceiro setor. O bom desempenho da balança de pagamento neste período resultou na liquidação antecipada da dívida junto ao FMI e na antecipação de parte do financiamento referente a 2006.

O setor agrícola em 2005 apresentou a primeira queda significativa em seu crescimento desde o ano 2000, devido principalmente a condições climáticas adversas. O setor industrial como já colocado antes teve uma mudança no tipo de demanda apresentando aumento de 2,1%. Já o setor de serviços manteve-se maior que os outros setores, 3,7%, refletindo a criação de novos empregos e aumento de investimentos nesta área.

“A evolução da economia brasileira em 2006 mostrou-se consistente com os processos de consolidação do crescimento do mercado interno, bem como com a manutenção do ritmo de expansão da economia mundial, impulsionada pelo desempenho favorável da economia dos Estados Unidos da América (EUA) e pelo crescimento acelerado das principais economias

³¹ O Boletim do Banco Central do Brasil –Relatório 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2004/rel2004introdp.pdf> >. Acesso em 09 mai 2009.

emergentes.”³² Dentro do país observou-se nesse ano sucessivos resultados de aceleração do crescimento, influenciados pela crescente confiança dos agentes do mercado financeiro nacional e da massa salarial que resultou em maior consumo das famílias, principalmente em bens de consumo duráveis, retomando a preferência por esse tipo de bem.

Nesse cenário houve, no PIB brasileiro, aumento de 3,8% em relação a 2005. Desse crescimento, o terceiro setor foi o que apresentou o segundo maior crescimento, ou seja, 3,8% em relação a 2005. Isso traduziu desempenhos positivos em todos os seus segmentos, com ênfase para instituições financeiras, comércio, atividades mobiliárias e aluguéis, transporte, armazenagem e correios e educação e saúde públicas como colocado no Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 2006³³.

Os setores de agropecuária e extração e indústria tiveram aumentos de 4,2% e 2,9% respectivamente. Observa-se que o primeiro setor recuperou-se da queda ocorrida no ano anterior enquanto o segundo setor continuou a escala de crescimento. Nesse ano o Brasil anunciou sua autosuficiência em Petróleo, porém o resultado desse anúncio só pode ser observado no ano seguinte.

2007 começou como um período de menor liquidez global, devido aos processos de elevação das taxas de juros nas economias industrializadas e da volatilidade dos mercados globais. Além disso, marcou esse ano também a evolução dos preços externos das principais commodities, o crescimento dos níveis de emprego, da renda, do crédito, das transferências governamentais e de outros impulsos fiscais. Em compensação, o valor total de reservas internacionais passou de US\$ 85,6 bilhões no final de 2006 para US\$ 180,3 bilhões atingindo novo recorde na história brasileira e o risco país abaixou consideravelmente mesmo em um cenário de começo de crise como o período analisado.

Esses fatores interligados levaram a um aumento de 5,4% do PIB em relação ao ano anterior. O aumento nos preços das commodities acabou por

³² O Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 2006. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2006/rel2006introd.pdf> >. Acesso em 09 mai 2009.

³³ Idem.

garantir aumento de 5,3% no setor primário, principalmente por causa do crescimento da safra de grãos e das ótimas condições climáticas no Brasil. Porém também foram muito bons os resultados da área extrativa de petróleo e de seus derivados que também contribuíram para esse aumento do primeiro setor, refletindo principalmente o anúncio feito em 2006 sobre a autosuficiência em petróleo. A atividade industrial teve aumento de 4,9% tendo taxas positivas em todos seus subsetores. E o setor de serviços cresceu 4,7% tendo destaque mais uma vez nos setores de intermediação financeira, comércio e transporte.

Sobre 2008 o que se pode dizer é que houve aumento de 5,1% no PIB e chegou a R\$ 2,9 trilhões. Esse aumento ainda não reflete os efeitos da crise mundial que começa a ser observada no segundo semestre.

Tabela 6: Percentual de crescimento na economia brasileira baseada em valores correntes.

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
2000	3,0%	4,9%	3,7%	4,4%
2001	5,1%	0,6%	2,5%	1,3%
2002	5,5%	2,6%	1,6%	2,7%
2003	4,5%	0,1%	0,6%	1,1%
2004	5,3%	6,2%	3,7%	5,7%
2005	0,3%	2,1%	3,7%	3,2%
2006	4,2%	2,9%	3,8%	3,8%
2007	5,3%	4,9%	4,7%	5,4%

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE.

O que se observa nesse item é que a agricultura ainda é o maior responsável pelo crescimento da economia brasileira e que o setor de serviços é o segundo mais representativo, apresentando maior estabilidade de crescimento, variando entre 3,7 e 4,7% nos últimos anos.

Outro fator importante a ser analisado aqui é que desde o ano 2000 não houve redução no PIB, mas sim aumentos significantes e consecutivos com variação entre 1,1% e 5,7%.

4.3 – Relação entre entrada de IED e crescimento interno da economia brasileira

Neste item será feita uma análise conjunta da entrada de IED na economia brasileira e de seu crescimento interno como tentativa de analisar se há uma relação direta entre estes dados. Para isso serão utilizadas as duas tabelas a seguir que são o total de entrada de IED por setores e o montante anual em valores correntes do PIB nos diferentes setores da economia. A tabela 8 foi obtida pela divisão dos valores totais em reais pela taxa média anual de câmbio de compra de dólar.

Tabela 7: Valores correntes de entrada de IED (US\$ milhões)

Ano	1º Setor	2º Setor	3º Setor	Total IED
2000	649	5.087	24.139	29.875
2001	1.500	6.924	12.671	21.095
2002	638	7.617	10.523	18.778
2003	1.482	4.480	6.940	12.902
2004	1.071	10.699	8.495	20.265
2005	2.194	6.529	12.915	21.638
2006	1.542	8.462	12.701	22.705
2007	4.751	13.481	16.103	34.335

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos Boletins do Banco Central do Brasil - Relatórios Anuais (2000 a 2007).

Tabela 8: Valores correntes na economia brasileira (US\$ milhões)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Outros	PIB
2000	31.289	154.871	372.300	86.276	644.737
2001	28.438	128.180	319.468	78.108	554.195
2002	28.849	117.931	289.163	70.091	506.034
2003	35.295	133.064	309.502	74.520	552.380
2004	39.381	171.540	358.720	94.096	663.737
2005	43.199	221.526	492.034	125.282	882.040
2006	51.133	269.205	615.043	154.031	1.089.412
2007	68.314	320.333	753.317	192.128	1.334.092
2008	89.164	372.115	869.648	244.624	1.575.551

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Ipeadata.

À primeira vista nota-se que enquanto as entradas de IED não são constantes, ou seja, às vezes aumentam e às vezes diminuem, o crescimento da economia nacional, ou melhor o crescimento do PIB nacional é marcado por sucessivos aumentos. Isso se repete em todas as colunas, por exemplo, enquanto no ano 2002 há uma redução no 1º setor de US\$ 1.500 milhões para US\$ 638 milhões, na entrada de IED, há um aumento de US\$ 28.438 milhões para US\$ 28.849 milhões. Outro exemplo é na passagem de 2002 para 2003, onde o total de IED no último ano é igual a 68,71% do total do primeiro ano, enquanto isso o crescimento do PIB de 2004 em relação a 2003 é de 5,7%.

Uma explicação possível para essa divergência é que os IED são atraídos pela estabilidade política e econômica do país receptor. De acordo com Kotler em seu livro *O Marketing das Nações*³⁴ o temor consiste nas consequências das decisões políticas referentes à transferência de recursos ao exterior ou à pressão para que haja nacionalizações. Tomando por base esse viés nota-se relação entre a teoria e a realidade visto que os períodos de queda na entrada de IED foram marcados pela transição de governo, ou melhor especificando, entre os anos 2001 e 2003.

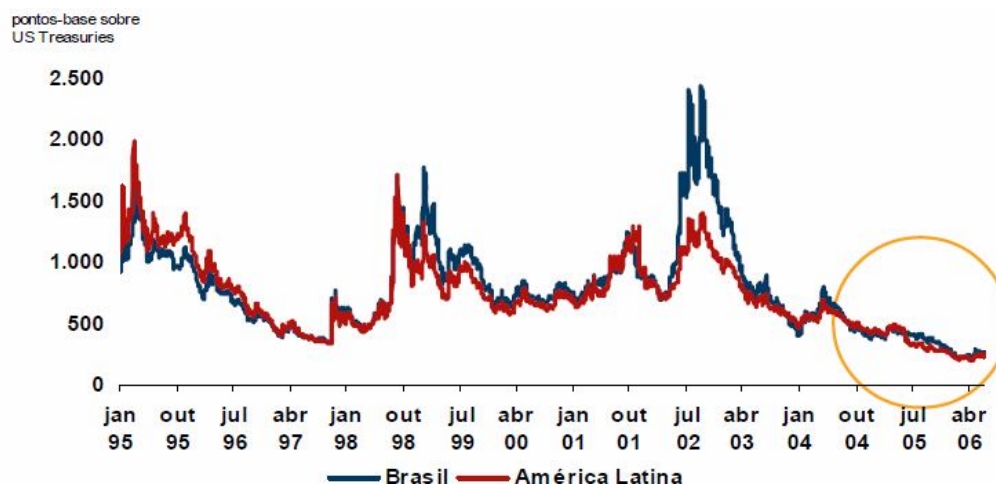
A falta de estabilidade econômica acarreta no temor de recessões econômicas, depreciação da moeda e greves entre outros, sendo expressa normalmente pelo Risco-país. A queda deste índice influencia também na qualidade dos IED atraídos pelo país. No gráfico a seguir têm-se uma comparação entre o Risco-país brasileiro e o latino-americano, onde se pode ver que:

“A evolução do risco-Brasil desde 1995 é apresentada no Gráfico 2, com o *spread* da América Latina. As duas curvas tendem a se deslocar na mesma direção, embora com magnitudes diferenciadas, uma vez que o Brasil responde por 36,3% do EMBI+ da região (posição de junho de 2006). Em 2002, o risco-Brasil atingiu níveis recordes em função das incertezas sobre a transição governamental. Com a definição da política macroeconômica do novo governo, o *spread* passou a cair consistentemente em 2003, atingindo níveis abaixo dos 500 pontos em dezembro de 2003, janeiro e a partir de setembro de 2004 (destaque no gráfico), demonstrando a retomada da confiança dos investidores nos fundamentos da economia brasileira; o risco-Brasil chegou a níveis

³⁴ KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. São Paulo: Futura, 1997. p.181.

inferiores a 400 pontos em dezembro de 2004 e manteve-se abaixo dos 300 pontos por todo o primeiro semestre de 2006”³⁵

Gráfico 2: EMBI+: spread Brasil e América Latina (jan 1995 –junho 2006)



Fonte: Banco Central do Brasil. Série “Perguntas mais freqüentes”. Risco país.³⁶

Outro fator de atração de IED é a busca por recursos naturais. Levando em consideração que em 2001 houve a crise energética brasileira que ficou conhecida como Crise do Apagão, esse fator também ficou prejudicado nesse período influenciando negativamente a entrada de IED. Porém sem crise com relação aos recursos naturais e aproveitando o bônus de Carbono no Mercado de Carbono³⁷ brasileiro os IED voltaram a crescer.

Mais um fator de atração de IED é a disponibilidade de informações. Nesse sentido o Brasil busca oferecer o máximo de informações possíveis aos investidores estrangeiros por meio de publicações do Ministério das Relações

³⁵ Banco Central do Brasil. Serie “Perguntas mais freqüentes”. Risco país. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ09-Risco-Pa%C3%ADs.pdf>>. Acesso em 14 mai 2009.

³⁶ Idem.

³⁷ Frente às evidências científicas das causas do aquecimento global e dos riscos climáticos decorrentes do problema, autoridades de mais de 160 países criaram em 1997 o Protocolo de Quioto, um tratado internacional que determina metas de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE) e estimula o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. Pelo acordo, que entrou em vigor em 2005, os países industrializados devem reduzir as emissões de GEE, durante o período de 2008 a 2012, em uma média de 5,2% em relação aos níveis de 1990. Isso representa conter 5 bilhões de toneladas de CO₂. Cada país tem uma meta, calculada com base na contribuição de cada um para as emissões totais de GEE lançadas na atmosfera desde a revolução industrial.

Exteriores (MRE), Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) entre outros.

Por fim, o acesso a mercados, tanto interno quanto regional, é o fator que mais influencia a entrada de IED e esse fator é o que o Brasil possui de melhor. Seu mercado consumidor já é grande e sua capacidade de crescimento é geralmente verificado através das taxas de crescimento do país, pelos índices de produtividade, pelas taxas de inflação e seu controle e pelo equilíbrio fiscal. Visto que, as taxas de crescimento como podem ser observadas na tabela 6 do item 4.2 tem sido superavitárias e as taxas de inflação tem atingido as metas do Copom³⁸ o potencial de crescimento também favorece a entrada de IED.

A respeito do mercado regional que o Brasil oferece tem destaque o Mercosul que possui como principal tema da agenda a Tarifa Externa Comum (TEC), que consiste em uma tentativa de equalizar as condições de concorrência e garantir que haja integração produtiva entre suas economias. Ou seja garante a ampliação do mercado, visto que poderá exportar e importar com mais facilidade e condições de concorrência que outros países não possuem.

Portanto, existe relação entre a entrada de IED e o crescimento da economia, verificando que o crescimento da economia nacional atrai IED, pois ele reflete a capacidade de incremento do mercado interno, consistindo em fator relevante para o investidor estrangeiro.

³⁸ Copom é o Conselho de Políticas Monetárias do Banco Central que visa estabelecer metas para controle da inflação. É uma ação pioneira do Bacen e eu tem servido de modelo para bancos centrais em todo o mundo.

CONCLUSÃO

Os efeitos do IED como fator de desenvolvimento na economia brasileira não pôde ser comprovado, visto que não exerce significativa alteração no fluxo circular da vida econômica local. Pode-se pensar na economia interna influenciando na entrada de IED, porém o contrário não foi observado na mesma intensidade.

Pôde-se perceber com esse trabalho que o crescimento dos setores da economia nacional refletem a capacidade de crescimento de mercado interno e com isso os investidores estrangeiros têm mais interesse em entrar na economia do país. E que o fator de maior influencia do crescimento da economia brasileira é ainda sua Balança Comercial, seu controle de inflação, a criação de novos empregos, a quantidade de consumo das famílias brasileiras e o incremento da produção de acordo com a demanda interna, ou seja, a condução da política monetária e financeira nacional.

Outra conclusão importante que pode ser feita com base nas pesquisas para este trabalho é que a teoria de Schumpeter que propõe que as mudanças sociais interferem somente no crescimento e não no desenvolvimento da economia pode ser comprovada. Isso porque acontecimentos não necessariamente ligados diretamente a economia mundial tiveram influências importantes no comportamento econômico, como por exemplo, os atentados terroristas às Torres Gêmeas em 11 de Setembro de 2001, a instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil e as eleições brasileiras que são fatores mais políticos que econômicos mas que interferiram no saldo de IED em todo o mundo mas não incluiu novos fatores econômicos na economia mundial.

Mais um fator de relevância ao final dessa pesquisa é a existência de mitos com relação à atração de IED no Brasil. O primeiro deles é que o primeiro setor é o mais atrativo da economia brasileira. Esse pode ser desmistificado observando que o setor que recebe maior montante de IED é o terceiro setor, seguido pelo segundo e em último lugar o primeiro setor.

Outra desmistificação sobre a atração de IED é com relação aos investimentos em infra-estrutura, que muitas vezes também são apontados

como mais atrativos para IED. Porém os serviços de transporte e construção por exemplo são as atividades que recebem menores investimentos no setor de serviços. Ainda pode-se observar que a indústria de Produtos alimentícios e bebidas é a que sofre maiores aumentos percentuais de entrada de IED, como especificado no capítulo 4 deste trabalho.

Esses mitos, no entanto, acontecem devido à importância desses setores na economia nacional. O país contém em sua economia importantes empresas responsáveis pelas áreas de infra-estrutura como as de transporte e metalurgia e a agricultura exerce importante papel nas exportações brasileiras.

Observou-se também que a economia brasileira vem apresentando crescimentos sucessivos e isso tem refletido positivamente na entrada de IED que desde 2003 acompanha essa tendência. Porém não se pode deixar de mencionar a crise econômica iniciada no meio de 2007 que fez crescer a esfera de incertezas e preocupações sobre as perspectivas globais de investimento. Isto é, embora o governo brasileiro tenha afirmado no começo da crise que os efeitos não chegariam tão devastadores ao Brasil, esse ritmo de crescimento da economia nacional deverá diminuir consideravelmente, impactando também nos influxos de IED. Dados do ano de 2008 não haviam sido divulgados antes da conclusão dessa pesquisa, conseqüentemente não pudemos colocar dados da crise, mas sabemos que ela deixará conseqüências na entrada de IED no Brasil.

Dados sobre onde estão ocorrendo os IED do Brasil no exterior e quais são os motivadores para o Brasil investir no exterior foram levantados de forma rápida neste trabalho, porém há a consciência da importância dessa vertente de IED, que deverá ser explorada em trabalhos futuros

Portanto, percebe-se que o Brasil possui diversas características favoráveis ao seu crescimento e que elas tem sido muito bem aproveitadas pelos investidores nacionais, demonstrando que a economia nacional é menos dependente do que era esperado observar nesse trabalho.

Contudo, o governo nacional deveria investir mais em resolver as deficiências estruturais, ampliando assim os ganhos nacionais, ou melhor dizendo, aumentando o crescimento nacional e atraindo maiores IED, que apesar de não desempenhar papel tão relevante na economia nacional, amplia

as oportunidades de comércio internacional do país e abre portas para maior entrada de tecnologia e aumenta as reservas internacionais brasileiras.

REFERÊNCIAS

BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fábio. *Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente*. 1ª edição. Editora Campus/ Elsevier: Rio de Janeiro, 2008

FILHO, Fernando Paulo de Mello Barreto. *O tratamento nacional de investimentos estrangeiros*. Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos: Brasília, 1999.

KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somkid; MAESINCEE, Suvit. *O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais*. Futura: São Paulo, 1997.

ROSTOW, W. W.. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 6ª edição. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Editora Abril Cultural: São Paulo, 1982.

SOARES, Cláudio César Soares. *Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do Comércio Internacional*. Editora Saraiva: São Paulo, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalizacion productiva, inversión externa directa y empresas transnacionales em el Brasil: uma perspectiva histórica globalizacion productiva, inversion*. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/unesco/gonca.rtf> >. Acesso em fev 2009.

CARBONELL, Livia Machado. Fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto e participação do Brasil como receptor desses investimentos. Brasília, 2008.

GUIA legal para o investidor estrangeiro no Brasil = Legal guide for the foreign investor in Brazil. – [8.ed.] – Brasília: Ministério das Relações Exteriores: São Paulo: CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fátima Berardinelli Anaes de. O desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para a atração de IED. Disponível em: < <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/comissoes/credn/publicacao/Artigo%20IED%20010705.pdf> >. Acesso em fev 2009.

Carta ao Povo, escrita em 22 de junho de 2002, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Disponível em: < http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf >. Acesso em 09 fev 2009.

Unctad Handbook of Statistics 2008. Disponível em <http://www.unctad.org/en/docs/tdstat33_en.pdf> Acesso em: 21 out. 2008.

World Investment Prospects Survey 2008 – 2010. United Nations. New York and Geneva, 2008. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wips2008_en.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2008.

World Investment Report 2008: Transnational Corporations and the Infrastructure Challenge. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wir2008_en.pdf>. Acesso em: 21 out. 2008.

O Boletim do Banco Central do Brasil – Relatórios 2000 a 2007. <<http://www.bcb.gov.br/?RED-BOLETIMANO>>. Acesso em: 14 nov. 2008

BRASIL. Lei n. 4.390, de 29 de agosto de 1964. Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4390.htm> Acesso em 10 fev. 2008

BRASIL. Lei n. 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4131.htm>> Acesso em: 20 nov. 2008.

GUIA Prático Bovespa para Investimentos Estrangeiros de Portfólio. BOVESPA, A Bolsa do Brasil. São Paulo, SP. Janeiro 2006. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/pdf/guiaportfolio.pdf>> Acesso em 17 jan. 2009.

Portal do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/indez.php?area=5>>.

BOVESPA. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/home/redirect.asp?end=/Noticias/090107NotA.asp>>

BOVESPA. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Mercado/RendaVariavel/PartInvest/DistribuicaoPublic2008.asp>>

Banco Central do Brasil. Serie “Perguntas mais freqüentes”. Risco país. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ09-Risco-Pa%C3%ADs.pdf>>. Acesso em 14 mai 2009.